

**, DE 2008**

Requer ao Sr. Ministro de Estado da Saúde , informações sobre os recursos repassados ao Estado do Rio de Janeiro destinados ao combate da dengue.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, sobre qual foi o montante total dos recursos na área da saúde repassados em 2007 para o Estado do Rio de Janeiro, e deste, o quanto destinado ao financiamento de pesquisas realizadas pela FIO CRUZ no desenvolvimento da vacina contra a dengue, bem como qual o valor destinado à publicidade informativa e de mobilização da população daquele Estado com o objetivo de controle e de combate à referida doença.

## JUSTIFICAÇÃO

Matéria jornalística publicada, no dia 17 de abril de 2007, há um ano, no site <http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/patrimonio-publico-e-social/17-04-2007-mpf-pede-que-uniao-aplique-recursos-de-combate-a-dengue/>, dá notícia de que o Ministério Público Federal já exortava à União a aplicação de recursos de combate à dengue, em todo o país.

Segundo esta matéria, o Ministério Público Federal em Marília (SP) propôs uma ação civil pública na Justiça Federal pedindo que a União seja obrigada a aplicar corretamente os recursos destinados à prevenção e combate da dengue. Embora o orçamento de 2007 previsse que 19,6 milhões de reais fossem

destinados ao Programa de Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue, até aquela data, apenas dois milhões de reais tinham sido gastos até então.

Com base nisso e, ainda, na tragédia que assola os cariocas na atualidade, considerando também dados obtidos no mesmo site indicado pela reportagem (Contas Abertas) relativos à execução por programa (Exercício 2007-Fonte SIAFI) de que foram empenhados e pagos apenas R\$ 456.920,00, correspondentes a 17,22 % do total disponível, acreditando que a inércia delituosa e a inaplicação das verbas públicas no combate à doença foram decisivas para o atual estado de calamidade pública em que se encontra o meu Estado, tal qual denunciei em recente artigo publicado no Jornal do Brasil, no dia 10 de abril deste ano, é que entendo imprescindível a oitiva do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, razão do presente Requerimento.

Pretende-se com isso, ademais, considerando que não se pode exigir conduta diversa dos cariocas enquanto carentes das informações necessárias para uma postura propositiva diante dos fatos narrados, informações claras e precisas a respeito dos gastos específicos com o efetivo combate e controle da doença, em especial no que diz respeito aos dispêndios e às iniciativas estatais publicitárias realizadas com o fim de esclarecer e de bem mobilizar a população do Rio de Janeiro quanto aos cuidados que teriam que ter sido por ela levado a efeito na prevenção e erradicação do agente transmissor em face das possibilidades endêmicas e epidemiológicas da doença.

Sala das Sessões, em                      de abril de 2008.

**Deputado MARCELO ITAGIBA**  
**PMDB/RJ**